

Editorial

“O resguardar-nos da derrota está em nossas mãos, mas a oportunidade para derrotar o inimigo é fornecida por ele próprio.” Sun Tzu – A Arte da Guerra.

O grande dilema inserido que circunda atualmente na discussão sobre os direitos de Propriedade Intelectual gira em torno de sua identificação como direitos privados, vistos como garantia de privilégios ao seu titular, por um lado, e em detrimento de um interesse coletivo ou uma titularidade pública, de outro. Então a questão suscitada é: adaptar-se a um sistema posto, consagrado e em vigor, com regulamentação específica, utilizando-se das alternativas nele previstas para tentar sanar eventuais injustiças, ou ignorar esse sistema e lutar pela sua reformulação completa, em busca de um modelo ideal?

Os trabalhos de 2 anos do grupo sobre Propriedade Intelectual do Programa de Extensão Núcleo de Estudos em Direito Internacional da UFPR, compilados neste quarto número da Revista Brasileira de Direito Internacional, que o integra, demonstram que há uma saída para o impasse.

O Acordo TRIPS, desde a sua negociação, representa os interesses dos países desenvolvidos. A opção pela proteção dos direitos de propriedade intelectual no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) deve-se ao interesse desses países em contar com mecanismos de exigência de cumprimento do mesmo, encontrado no sistema de solução de controvérsias da organização. Inúmeras críticas podem ser-lhe apontadas, como demonstram alguns artigos do presente número da RBDI. No entanto, outros autores demonstram que ambos, TRIPS e OMC, ainda se constituem em instrumento útil de instituição dos direitos de propriedade intelectual, se considerada a arbitrariedade a que estavam expostos os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos quando os Estados Unidos impunham suas normas unilateralmente.

Grande parte dos países, inclusive aqueles em desenvolvimento, simplesmente adotaram as normas e princípios impostos pelo Acordo TRIPS, sem questionamentos e sem analisarem com cuidado os mecanismos ali previstos para tornar o sistema menos parcial.

Como propagado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), há que se entender que a proteção dos direitos de propriedade intelectual apresenta tanto benefícios quanto custos e que os países devem adotar sistemas de propriedade intelectual de acordo com suas circunstâncias individuais de desenvolvimento.

Diante de um sistema positivado por meio do Acordo TRIPS e da instituição OMC, a saída que restou para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos velarem por seus interesses consiste em adaptar seus sistemas de propriedade intelectual às suas próprias características econômicas e sociais, utilizando sempre que necessário os instrumentos e foros já criados e que estão à disposição.

Nesse sentido, destaca-se a importância de os países buscarem conhecer a apresentada “flexibilidade” presente no Acordo TRIPS e igualmente buscarem resguardá-la por meio da não-assinatura de acordos bilaterais ou regionais que contenham *standards* ainda mais rígidos do que aqueles que já estão impostos no Acordo TRIPS.

Os melhores foros para negociação dos direitos de propriedade intelectual, considerada a existência de interesses contrários entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, são os foros internacionais, por causa da possibilidade que se abre para a formação de alianças mais fortes entre países em desenvolvimento e menos desenvolvidos frente aos interesses dos países desenvolvidos.

O Brasil, apesar de ter adotado incondicionalmente as prescrições internacionais, parece vir adotando uma postura no sentido de, baseado na flexibilidade instituída, criar instrumentos aptos a defender os interesses públicos sociais, como o fez nos casos dos medicamentos, recentemente enfrentados. No dia 04 de maio de 2007, o presidente Lula, utilizando-se medida prevista no próprio Acordo Trips, declarou a patente do remédio Efavirenz (substituto do AZT), produzido pelo laboratório norte-americano Merck Sharp & Dohme como de interesse público e determinou seu licenciamento compulsório. O governo brasileiro comprava o Efavirenz a US\$ 1,59 do laboratório norte-americano e agora passará a pagar US\$ 0,44 por um

genérico produzido em um laboratório da Índia. Trata-se de medicamento que será repassado gratuitamente, em 2007, a cerca de 75 mil pacientes com Aids, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

No dia 23/05/2007, na última sessão da 60ª Assembléia Mundial da Saúde, a maioria dos 193 membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstrou que apóia as reivindicações das nações em desenvolvimento, lideradas pelo Brasil, ao aprovarem um texto de Resolução que pede ajuda aos governos para “quebrar patentes” de medicamentos em áreas de interesse da saúde pública, de modo que os direitos de patente não entrem em conflito com os interesses de proteção da saúde pública. Apesar da forte oposição dos Estados Unidos, a resolução foi amplamente aceita e inova ao estabelecer que a OMS se compromete a "prestar assistência técnica e normativa aos países que desejam recorrer às flexibilidades incluídas nos Acordos Trips para ampliar o acesso a remédios, vacinas, meios de diagnóstico e outros produtos relativos à saúde", fornecendo apoio técnico e financeiro para que sejam realizadas reuniões consultivas com o objetivo de estabelecer prioridades regionais neste sentido e para que seja criado um sistema de pesquisa e desenvolvimento sobre temas essenciais de saúde voltados às necessidades dos países em desenvolvimento. São apoios que demonstram que o Brasil está no caminho certo.

Sem desistir da luta pela modificação do sistema de Proteção Internacional e Nacional de Propriedade Intelectual, com vistas a torná-lo mais sensível à realidade dos países pobres, deve haver um movimento concomitante no sentido de se recorrer aos instrumentos legais já previstos com o objetivo de minimizar os efeitos que privilegiam grupos privados e países ricos, constantes nesse mesmo sistema. Para tanto, são necessários cidadãos que compreendam toda essa complexa estrutura que circunda os Direitos de Propriedade Intelectual, com visão crítica e independente mas nunca desvinculada da realidade social em que estão inseridos. Eis uma pequena contribuição da atividade extensionista da UFPR nesse sentido.

Tatyana Scheila Friedrich – Coordenadora do Programa de Extensão
NDI/UFPR e Editora da Revista Brasileira de Direito Internacional - RBDI

Karla Closs Fonseca – Coordenadora do Grupo sobre Propriedade
Intelectual do NDI/UFPR

Cássio Eduardo Zen – bolsista-extensionista e editor discente da RBDI